

ANEXO

07 JAN. 2013

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAGUEIRA - ABRA GAGUEIRA MICROFILMAGEM  
58153

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19.06.2010 às 15:00 hs.

ESTATUTO DA "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAGUEIRA - ABRA GAGUEIRA"

CAPÍTULO PRIMEIRO

Denominação e Natureza Jurídica

Art. 1º - Sob a denominação de "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" fica instituída esta Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, e que será regida por este ESTATUTO e pelas normas legais pertinentes.

CAPÍTULO SEGUNDO

Sede e Duração

Artigo 2º - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" tem sua sede na Alameda Caraguatatuba, 175, Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP 06542-125, podendo abrir filiais em outras cidades ou unidades da federação.

Parágrafo Primeiro - O uso, gozo, posse e propriedade naquele endereço, bem como os bens que lá estão guardados são exclusivamente do Sr. Lucas Schreiner Garcez Lopes, não estando à disposição, em qualquer sentido, dos associados da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA".

Parágrafo Segundo - A responsabilidade do Parágrafo Primeiro do presente Artigo seja ela civil, criminal, administrativa, tributária, previdenciária, trabalhista, comercial, ambiental ou de qualquer outro cunho do ramo do Direito, é inteira do Sr. Lucas Schreiner Garcez Lopes.

Artigo 3º - O prazo de duração da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" é indeterminado.

CAPÍTULO TERCEIRO

Finalidade

Artigo 4º - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida das pessoas que gaguejam.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de suas finalidades, a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" poderá sugerir e promover a coordenação, colaboração e execução de ações e projetos, visando a:

I - difundir informações sobre a gagueira;

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP  
MICROFILME N.º 220412

7º RCPJ/SP  
PRENOTADO

1º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURIDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 002

07 JAN. 2013

Dr. Jose Antonio Michaluart  
Oficial

Debara R.

- II - promover a interação entre pessoas que gaguejam e demais envolvidos com estas através de atividades;
- III - divulgar e expandir a atuação da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA";
- IV - representar os associados em questões relacionadas à gagueira nos níveis políticos, terapêuticos, educacionais, jurídicos e trabalhistas, por meio da contratação de profissionais devidamente habilitados;
- V - orientar sobre tipos de tratamento e profissionais especializados;
- VI - estabelecer parcerias com demais organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais e se filiar ou integrar o quadro de participantes de organizações ou entidades congêneres.

**Parágrafo Segundo** - A dedicação aos objetivos acima previstos configura-se mediante a execução direta de projetos, programas e planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou ainda pelo apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

**Artigo 5º** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" não se vinculará diretamente em questões religiosas, político-partidárias ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais, entretanto é permitido o vínculo direto com pessoas que gaguejam e que são figuras de destaque.

#### **CAPÍTULO QUARTO**

*Dos Associados, seus Direitos e Deveres*

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº

003

07 JAN. 2013

**Artigo 6º** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" é constituída por número ilimitado de associados, os quais serão das seguintes categorias: fundadores, efetivos, colaboradores e beneméritos.

Dr. José Antonio Michalvat  
Oficial

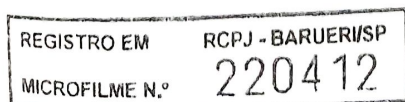
**Artigo 7º** - São considerados associados fundadores somente aqueles que assinaram os atos constitutivos da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA".

**Artigo 8º** - São associados efetivos as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que contribuem anualmente com a quantia fixada pela Diretoria Executiva.

**Artigo 9º** - São associados colaboradores pessoas físicas ou jurídicas que contribuem na execução de projetos e na realização dos objetivos da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA".

**Artigo 10** - São considerados associados beneméritos pessoas ou instituições que se destacaram por ações que se coadunem com os objetivos da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA".

**Artigo 11** - Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", nem pelos atos praticados pelo Presidente ou pela Diretoria



*[Handwritten signatures and initials]*  
Léboa R.

Executiva.

**Parágrafo Único** - A admissão de novos associados, de qualquer categoria, será decidida pela Assembleia Geral, mediante proposta dos associados ou da Diretoria.

**Artigo 12** - São direitos dos associados quites com suas obrigações associativas:

- I - participar de atividades da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA";
- II - apresentar e/ou participar de projetos e ações da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA";
- III - ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente;
- IV - votar em Assembleia Geral;
- V - votar e ser votado para o cargo de Presidente ou de Conselheiro Fiscal da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", na forma prevista neste Estatuto;
- VI - demitir-se, caso julgar necessário. O pedido de demissão deverá ser apresentado formalmente em Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - Os direitos previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

**Artigo 13** - São deveres dos associados:

- I - respeitar e observar o presente Estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- II - cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", difundir seus objetivos e ações e esforçar-se pelo seu engrandecimento;
- III - comunicar, por escrito, à Diretoria, suas mudanças de residência, telefone e correio eletrônico.

**Parágrafo Único** - Os associados efetivos também deverão contribuir com a quantia fixada pela Diretoria. Caso a contribuição anual não seja quitada em sua totalidade, a permanência e/ou a penalidade do associado efetivo serão votadas em Assembleia Geral.

**Artigo 14** - Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA".

**Parágrafo Único** - A proposta de exclusão poderá ser apresentada por qualquer associado quite com suas obrigações associativas, pela Diretoria Executiva e/ou pelo Conselho Fiscal. A exclusão poderá ser efetuada somente em Assembleia Geral e no caso de haver voto concorde da maioria dos associados presentes e quites com suas obrigações associativas. É assegurado o amplo direito de defesa e recurso.

4º SETÍMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº

004

07 JAN. 2013

Dr. José Antonio Michaluart  
Oficial

**CAPÍTULO QUINTO**  
**Das Assembleias Gerais**

REGISTRO EM	RCPJ - BARUERI/SP
MICROFILME N.º	220412
	7 RCPJ/SP
	PRENOTADO

Debona R.

07 JAN. 2013

**Artigo 15** - A Assembleia Geral é o órgão máximo da "Associação Brasileira de Gagueira ABRA GAGUEIRA" e é constituída por seus associados.

*Dr. José Antonio Michaluat*  
Oficial

**Artigo 16** - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário e ordinariamente 01 (uma) vez por ano, para deliberar sobre os seguintes temas:

- I - apreciação e aprovação do Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, e o Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;
- II - votação do Presidente e dos membros do Conselho Fiscal;
- III - destituição do Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e/ou membros do Conselho Fiscal;
- IV - admissão, demissão e exclusão de associados;
- V - reforma e alterações do Estatuto;
- VI - extinção da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" e a destinação do seu patrimônio social;
- VII - casos omissos e não previstos neste Estatuto, podendo haver reformulação do mesmo.
- VIII - contribuição financeira anual dos associados efetivos.

**Parágrafo Único** - Para as deliberações a que se referem os incisos III, V e VI, é exigido o voto concorde de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados quites com suas obrigações associativas ou com menos de 1/3 (um terço) na segunda convocação.

**Artigo 17** - As Assembleias Gerais podem ser convocadas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou por carta assinada por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados quites com suas obrigações associativas. Em qualquer caso, é necessário especificar os motivos da convocação.

**Parágrafo Único** - A convocação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de carta endereçada a todos os associados e com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

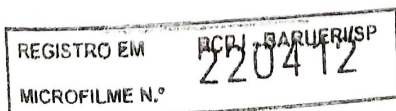
**Artigo 18** - Salvo os casos dos incisos III, V e VI do Artigo 16, o quorum exigido para a instalação da Assembleia Geral, em primeira convocação, é da maioria absoluta dos associados quites com suas obrigações associativas. Em segunda convocação, na mesma data e ato contínuo, com qualquer número de presentes.

## CAPÍTULO SEXTO

### Da Administração

**Artigo 19** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" será dirigida por uma Diretoria Executiva, composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

**Parágrafo Único** - Todos os membros da Diretoria Executiva deverão ser associados quites com suas obrigações associativas, pessoas físicas e maiores de 18 (dezoito) anos.



*Debra R.*

**Artigo 20** - O Presidente, eleito em Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos de duração, pode ou não ser reeleito e representará a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" em Julzo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral, podendo nomear procuradores em nome da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", com poderes específicos e mandato com prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração, salvo por fato jurídico não superveniente.

**Artigo 21** - O Presidente, visando imprimir maior operacionalidade às ações da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", nomeará um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro na Assembleia Geral em que for eleito ou reeleito.

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 006

**Parágrafo Único** - O Vice-Presidente, o Secretário e o Tesoureiro podem ser destituídos e substituídos somente em Assembleia Geral.

07 JAN. 2013

**Artigo 22** - Os membros da Diretoria Executiva podem renunciar somente em Assembleia Geral.

Dr. José Antonio Michaluart  
Oficial

**Parágrafo Primeiro** - No caso de renúncia do Vice-Presidente, do Secretário ou do Tesoureiro, o mesmo deverá comunicar a decisão por escrito ao Presidente. Este último convocará Assembleia Geral, no prazo de trinta dias, para que seja efetivada a renúncia do diretor e para que o novo diretor seja eleito e empossado, o qual complementará o mandato do renunciante.

**Parágrafo Segundo** - No caso de renúncia do Presidente, o mesmo deverá comunicar a decisão por escrito aos demais membros da Diretoria Executiva e convocar Assembleia Geral, no prazo de trinta dias, para eleição e posse do novo Presidente, o qual complementará o mandato do renunciante.

**Parágrafo Terceiro** - No caso de renúncia de todos os membros da Diretoria Executiva, os mesmos comunicarão a decisão por escrito aos associados e convocarão Assembleia Geral, no prazo de trinta dias, para eleição e posse da nova Diretoria, a qual complementará o mandato da renunciante.

**Artigo 23** - A Diretoria Executiva assumirá as seguintes atribuições:

- I - dirigir a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" de acordo com este Estatuto;
- II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as demais decisões das Assembleias Gerais;
- III - coordenar e dirigir as atividades gerais e específicas da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA";
- IV - reunir-se obrigatoriamente a cada 04 (quatro) meses;
- V - celebrar convênios e realizar filiação da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" a instituições ou organizações congêneres, por delegação e sanção do Presidente;

REGISTRO EM RCPJ - BARUER/SP  
MICROFILME N.º 220412

7º RCPJ/SP  
PRENOTADO

*[Handwritten signatures and initials]*  
Setmo R.

- VI - representar a "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA" em eventos, campanhas, reuniões e demais atividades de interesse;
- VII - propor aos associados reformas ou alterações do presente Estatuto;
- VIII - propor aos associados a fusão, incorporação e extinção da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA", observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;
- IX - convocar o Conselho Fiscal, sempre que julgar necessário;
- X - exercer outras atribuições inerentes ao cargo e não previstas expressamente neste Estatuto.

**Parágrafo Primeiro** - As decisões da Diretoria Executiva deverão ser tomadas pela maioria dos votos e pela sanção do Presidente.

**Parágrafo Segundo** - É vedado a qualquer membro da Diretoria Executiva ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA".

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURIDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº

007

**Artigo 24** - Compete ao Presidente:

07 JAN. 2013

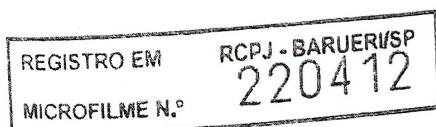
- I - anunciar e dirigir as reuniões da Diretoria;
- II - elaborar e submeter aos associados o Plano de Trabalho Anual, em conjunto com o ~~Dr. José Antonio Michaluart~~ Oficial Secretário;
- III - elaborar e submeter aos associados o Orçamento Anual, em conjunto com o Tesoureiro;
- IV - apresentar, anualmente, o relatório de atividades da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA";
- V - receber e expedir, juntamente com o Secretário, toda correspondência para e da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA";
- VI - rubricar livros, emitir e assinar cheques ou documentos que envolvam questões financeiras da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA", juntamente com o Tesoureiro;
- VII - ordenar pagamento de despesas, abrindo contas, emitindo documentos de débito e crédito nos assuntos da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA", em conjunto com o Tesoureiro;
- VIII - contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA";
- IX - adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da "Associação Brasileira de Gagueira – ABRA GAGUEIRA", mediante autorização expressa da Assembleia Geral.

**Artigo 25** - Compete ao Vice-Presidente:

- I - assistir o Presidente nas atribuições do Artigo 24 e substituí-lo nas faltas e impedimentos necessários, por força do Estatuto.

**Artigo 26** - Compete ao Secretário:

- I - auxiliar o Presidente na elaboração do Plano de Trabalho Anual.



*[Handwritten signatures and initials]*  
Débora R.

- II - lavrar as atas das reuniões da Diretoria;
- III - receber e expedir, juntamente com o Presidente, toda correspondência para e da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA";
- IV - elaborar, juntamente com o Presidente, o relatório de atividades da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA";
- V - ter em sua guarda todos os documentos e livros da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", em ordem e atualizados.

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº

008

**Artigo 27 - Compete ao Tesoureiro:**

07 JAN. 2013

- I - auxiliar o Presidente na elaboração do Orçamento Anual;
- II - ter em sua guarda a contabilidade e todos os valores da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", em ordem e atualizados;
- III - rubricar livros, emitir e assinar cheques ou documentos que envolvam questões financeiras da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", juntamente com o Presidente;
- IV - arrecadar, juntamente com o Presidente, os valores que receber de doações;
- V - realizar investimentos financeiros com os valores arrecadados, juntamente com o Presidente, sempre em nome da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" e jamais em nome de pessoa física;
- VI - elaborar balancetes mensais, bem como o balanço anual de movimento financeiro, e submetê-los à apreciação da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- VII - providenciar a declaração anual do imposto de renda junto à Receita Federal.

Brasil Antônio Michaluart  
Oficial

**Artigo 28 - Perderão o mandato os membros da Diretoria Executiva que incorrerem em:**

- I - Malversação ou dilapidação do patrimônio social da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA";
- II - Grave violação deste Estatuto;
- III - Abandono de cargo, configurado como 02 (duas) faltas consecutivas e não-justificadas nas reuniões da Diretoria;
- IV - Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo na "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA".

**Parágrafo Primeiro** - A perda do mandato será declarada pela Diretoria Executiva e homologada pela Assembleia Geral (conforme o Parágrafo Único do Artigo 16), onde será assegurado o amplo direito de defesa.

**Parágrafo Segundo** - Havendo perda de mandato, o individuo permanecerá por, no mínimo, 08 (oito) anos sem poder candidatar-se e/ou ocupar cargo na Diretoria Executiva.

**Artigo 29** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

**Artigo 30** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" adotará práticas de

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP  
MICROFILME N.º 220412

7º RCPJ/SP  
PRENOTADO

*[Handwritten signatures and initials]*

gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

**Artigo 31** - A participação na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal é voluntária, não havendo remuneração financeira.

**Artigo 32** - Haverá a possibilidade de remuneração para aqueles que prestam serviços específicos à "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", respeitando os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº

009

07 JAN. 2013

## CAPÍTULO SÉTIMO

### Do Conselho Fiscal

**Artigo 33** - O Conselho Fiscal será fiscalizador da administração da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" e será composto por, pelo menos, 02 (dois) membros de idoneidade reconhecida, pessoas físicas e maiores de 18 (dezoito) anos, os quais não fazem parte da Diretoria Executiva.

**Parágrafo Único** - Caso a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" venha a se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, será permitida a participação de servidores públicos na composição do Conselho, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

**Artigo 34** - Um membro do Conselho Fiscal será nomeado pelo Presidente e o(s) outro(s) será(ão) convidado(s) pelos associados e votados em Assembleia Geral. O prazo de mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Único** - O membro do Conselho Fiscal nomeado pelo Presidente deixará o cargo caso o Presidente perca seu mandato.

**Artigo 35** - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - dar parecer formal sobre os projetos e ações desenvolvidos pela "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;
- II - dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;
- III - dar parecer formal sobre operações patrimoniais realizadas pela "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA", sempre que necessário;
- IV - comparecer, quando convocados, à Assembleia Geral para esclarecer seus pareceres;
- V - opinar sobre a dissolução e liquidação da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA".

**Artigo 36** - A perda de mandato dos membros do Conselho Fiscal será regida pelo Artigo 28.

REGISTRO EM RCPJ - BARUER/SP  
MICROFILME N.º 220412

7.º RCPJ/SP  
PRENOTADO

*[Handwritten signatures and initials]*  
Debora R.

010  
07 JAN 2013

## CAPÍTULO OITAVO

### Do Patrimônio

Dr. José Antonio Michaluart

**Artigo 37** - O patrimônio da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" constituído por doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, bem como das contribuições dos associados.

**Artigo 38** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação nos resultados.

**Parágrafo Único** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores.

**Artigo 39** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" não distribuirá, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.

**Artigo 40** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

**Artigo 41** - Caso a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" venha a se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e perca tal qualificação, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, preferencialmente que tenha os mesmos objetivos sociais.

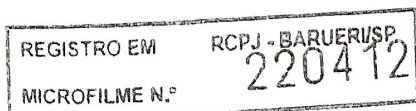
**Artigo 42** - No caso de dissolução, aprovada a extinção pela Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, nos termos do Artigo 16, proceder-se-á o levantamento do seu patrimônio, que obrigatoriamente será destinado a outra instituição legalmente constituída, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público e que tenha preferencialmente os mesmos objetivos sociais.

**Artigo 43** - A sede atual não se configura como patrimônio da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA". Devido a este fato, os associados não têm direito de usar, usufruir, gozar, alienar, vender, dar em pagamento ou qualquer outro ato de comércio referente ao imóvel e aos bens da sede, conforme consta no Artigo 2 do presente Estatuto.

## CAPÍTULO NONO

### Do Regime Financeiro

**Artigo 44** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" será mantida através



*[Handwritten signatures and initials]*  
Debara P.

das contribuições financeiras anuais dos associados efetivos e das contribuições financeiras voluntárias dos associados colaboradores e/ou beneméritos.

**Artigo 45** - O exercício financeiro da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 46** - As demonstrações contábeis anuais deverão ser elaboradas nos primeiros noventa dias do ano seguinte e encaminhadas à próxima Assembleia Geral, para análise e aprovação.

**Artigo 47** - A "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" observará as normas de prestação de contas, que determinarão, no mínimo:

I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos e independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos oriundos de parceria da "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" com outra pessoa física ou jurídica;

IV - caso a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" venha a se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

7º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
FOLHA Nº 011

#### CAPÍTULO DÉCIMO

##### Das Disposições Gerais e Transitórias

07 JAN. 2013

**Artigo 48** - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a "Associação Brasileira de Gagueira - ABRA GAGUEIRA" em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Dr. José Antonio Michaluart  
Oficial

Daniela Verônica Zackiewicz  
Presidente da Assembleia Geral

Eliane Regina Carrasco  
Secretária da Assembleia Geral

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) ELIANE REGINA CARRASCO, em  
documento seu valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 01 de dezembro de 2011.  
Em Teste

JOSE PESSIAS DE MACEDO - Escrivão Autorizado (Ord. 1: Total R\$ 3,50)  
Selos(s): 1 Ato: 1077AA-0583983

REGISTRO EM  
MICROFILME Nº

RCPJ BARUERI/SP  
220412



7º RCPJ/SP  
PRENOTADO

Debara R.




mol.  
Estado  
Esp  
Civil  
Justiça

Total

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 53.452.256/0001-04  
Rua XV de Novembro, 201 - Centro - CEP. 01013-001 - São Paulo/SP  
R\$ 495,91 Protocolado e prenotado sob o n. **58.153** em  
R\$ 140,74 **03/01/2013** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 104,47 sob o n. **38.513**, em pessoa jurídica.  
R\$ 26,42 Averbado à margem do registro n. **23543**  
R\$ 26,42 São Paulo, 07 de janeiro de 2013

R\$ 793,96

  
José Antônio Michaluat - Oficial  
Sylene Maria Michaluat - Escrevente

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP  
MICROFILME N.º 220412